

Rio de Janeiro, 04 de março de 1985

Ilmo. Sr.
Prof. Mário Schenberg
Av. Dr. Arnaldo, 2050
Perdizes - São Paulo, SP
01255

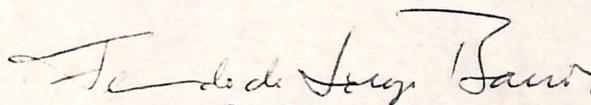
Prezado Colega,

Submeto à sua consideração a anexa minuta de manifesto a ser divulgado por nossa sociedade, na hipótese de vir a mesma a ser aprovada pelo Conselho e pela Diretoria da SBF.

O documento que ora lhe envio foi elaborado por alguns associados do Rio de Janeiro, com a colaboração de colegas pesquisadores de São Paulo.

Pelo teor do documento, o colega poderá perceber que sua divulgação deverá dar-se nos próximos dias. Assim, solicito sua manifestação sobre o mesmo, por telefone, o mais cedo possível.

Atenciosamente,



Fernando Souza Barros

Tel. (021) 245-9673

MANIFESTO DA COMUNIDADE TÉCNICO-CIENTÍFICA

Sob os regimes autoritários a que o Brasil tem sido submetido, nossa comunidade nunca se omitiu na defesa dos legítimos interesses da nação, seja no que diz respeito ao desenvolvimento econômico e industrial, seja no tocante aos direitos elementares da pessoa humana e ao bem estar da coletividade.

Nossas posições têm sido permanentemente divulgadas pelas lideranças democraticamente estabelecidas em entidades como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, a Sociedade Brasileira de Física - SBF, os Sindicatos e Institutos de Engenheiros, Economistas e outros profissionais de áreas técnicas e de ciências exatas e ciências sociais, em diversos estados.

Subjacente a essa militância política está nosso trabalho — muitas vezes sacrificado, incompreendido e mal remunerado — realizado em institutos universitários, laboratórios e organizações de pesquisa ligadas a empresas públicas e a estabelecimentos industriais particulares.

Graças a esse trabalho o Brasil alcançou posições de destaque no cenário mundial, em áreas tais como a informática, as telecomunicações, a indústria aeronáutica e aeroespacial, a geração e transmissão de energia elétrica, a indústria do petróleo, a produção e utilização de combustíveis renováveis, a mineração e metalurgia, a agricultura e a agroindústria, a silvicultura e indústrias correlatas, a biotecnologia, e determinados campos das ciências médicas.

Em muitos desses terrenos, nosso trabalho é prejudicado e mesmo — por que não dizer? — sabotado pela ação de poderosas corporações estrangeiras e multinacionais, cujos interesses são representados por pessoas e grupos locais profundamente vinculados às estruturas do poder e com forte influência na composição dos governos, antes e depois de 1964.

São numerosos os exemplos de membros de nossa comunidade que foram e estão sendo prejudicados e até perseguidos em suas carreiras profissionais, por se terem manifestado publica

mente em defesa de interesses brasileiros, contra as pressões comerciais ou interesses deletérios de grupos ou empresas estrangeiras.

Enfrentando todo tipo de dificuldade, participamos ativamente da montagem e coordenação da campanha pelas eleições diretas para a Presidência da República. Posteriormente — com o objetivo de conferir respaldo público a um governo de transição, escolhido pelos processos viáveis — concordamos em agir no sentido de canalizar a corrente de apoio popular aglutinada em torno da campanha pelas eleições diretas, em favor da legitimação do processo eleitoral que deu a vitória ao candidato de oposição ao regime autoritário.

Temos plena consciência do valor de nosso empenho e de nossa responsabilidade perante a nação. Por isso, não podemos deixar-nos marginalizar como aconteceu algumas vezes no passado, em que nossa comunidade foi demagogicamente usada em campanhas eleitorais, para ser ignorada no processo de composição de forças para a formação do governo.

Assim, ao manifestarmo-nos publicamente sobre a reestruturação do setor, desejamos enfatizar o seguinte:

- 1º A efetiva criação e estruturação de um Ministério de Ciência e Tecnologia deverá ser precedida de amplos debates, com a participação direta das organizações de classe da comunidade científico-tecnológica.
- 2º A autoridade máxima do setor científico-tecnológico, que será o Ministro de Ciência e Tecnologia, quando o Ministério estiver criado, poderá ser um político profissional, mas é desejável que esteja familiarizado com a problemática científico-tecnológica e seja desvinculado dos interesses de empresas ou corporações nacionais, estrangeiras ou multinacionais.
- 3º Na estrutura administrativa do Ministério a ser criado e em seus órgãos vinculados, os postos de comando situados logo abaixo do Ministro na escala hierárquica, deverão ser ocupados por profissionais independentes, que tenham a necessária formação acadêmica, além de competência específica e experiência prévia no respectivo campo de trabalho.

- 4º Para o estabelecimento dos programas de ação e prioridades de investimento no setor de ciência e tecnologia, os conselhos e colegiados ligados ao Ministério e a seus órgãos vinculados deverão promover debates com as entidades de classe especializadas, pertencentes à comunidade científico-tecnológica.

Esperamos que o Presidente eleito, que durante os anos do arbítrio teve ocasião de dialogar com muitos representantes da comunidade científico-tecnológica, para conhecer e aprofundar-se na problemática do setor, tenha a sensibilidade para, finalmente, colocar em prática as políticas com as quais ele, durante o período de opressão, manifestou-se sempre de acordo.

Nesta oportunidade formulamos ao Dr. Tancredo Neves nossos votos de êxito no exercício da Presidência de nossa nação.